

Miséria em queda

Marcelo Neri

Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV
www.fgv.br/cps, mcneri@fgv.br

As mudanças na miséria e na desigualdade aqui reportadas são qualitativamente robustas, válidas para qualquer linha e indicadores utilizados na literatura de bem-estar social

O Centro de Políticas Sociais foi a primeira instituição a mostrar que a miséria, enquanto insuficiência de renda, aumentou em 2003. Agora, uma nova pesquisa demonstra uma queda substantiva da pobreza em 2004, movida por crescimento e, em particular, por redistribuição de renda. A proporção de pessoas abaixo da linha de miséria passou de 27,26%, em 2003, para 25,08%, em 2004, atingindo o nível mais baixo da série desde o lançamento da nova PNAD, em 1992, quando era de 35,87%. Esse número é obtido a partir de uma linha de miséria correspondente a R\$ 115 mensais.¹ Trata-se do primeiro estudo divulgado sobre a pobreza brasileira baseada em renda, utilizando os microdados da recém-lançada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004 (PNAD/IBGE).

A taxa de variação anual de miséria captada em 2004 (-8%), quando comparada a períodos selecionados, é superior àquela observada no período todo de 1993 a 2004 (-2,9%) e mesmo em relação aos períodos aproximadamente correspondentes ao primeiro e ao segundo mandato de Fernando Henrique, isto é -4,5%, de 1993/98, e -1,8%, de 1998 a 2002. Ao adicionarmos à análise o primeiro ano do governo Lula (2003), quando a miséria subiu 3,9%, a

taxa média de redução de miséria foi de 2,2%, portanto inferior à do primeiro mandato de FHC (-4,5%), mas um pouco superior à do segundo (-1,8%).

Ao analisar os movimentos da miséria em 2004 nos domínios metropolitanos (-8,28%), demais áreas urbanas (-8,17%) e rural (-6,53%) notamos uma queda relativa de miséria menos pronunciada nas áreas rurais, invertendo as tendências observadas nos últimos anos.

Olhando para o período 1993-2004 constatamos uma queda sistemática da miséria de 35,87% para 25,08%, observada mesmo durante os períodos de crise externa e ajustes posteriores. Olhando os grandes números sobre a miséria verificamos: 1) caiu 31,4% no período 1993-2004 — preferimos aqui trabalhar com a taxa média anual -2,9% superior ao ritmo requerido de meia vida da miséria de 25 anos que equivale a -2,7% ao ano; 2) -4,5% no período 1993-1998; 3) -1,8% entre 1998-2002, período marcado por crises externas e ajustes internos; 4) 3,9%, em 2003; e 5) -8%, em 2004.

Distribuição — Seguindo a tradição da literatura de bem-estar social, como no caso de pobreza, enfatizamos aqui o uso de medidas de média e de desigualdade baseados



Distribuição de renda domiciliar per capita
(Participação %)

	Total	50-	40	10+
1990	100,0	11,5	40,5	48,0
1993	100,0	12,1	39,5	48,4
1996	100,0	11,9	40,9	47,2
1999	100,0	12,6	40,7	46,7
2001	100,0	12,4	40,4	47,3
2002	100,0	13,2	40,4	46,4
2003	100,0	13,5	40,8	45,7
2004	100,0	14,1	41,2	44,7

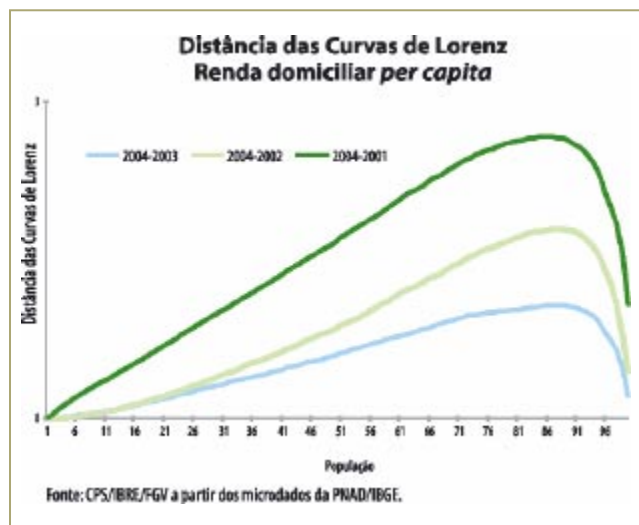
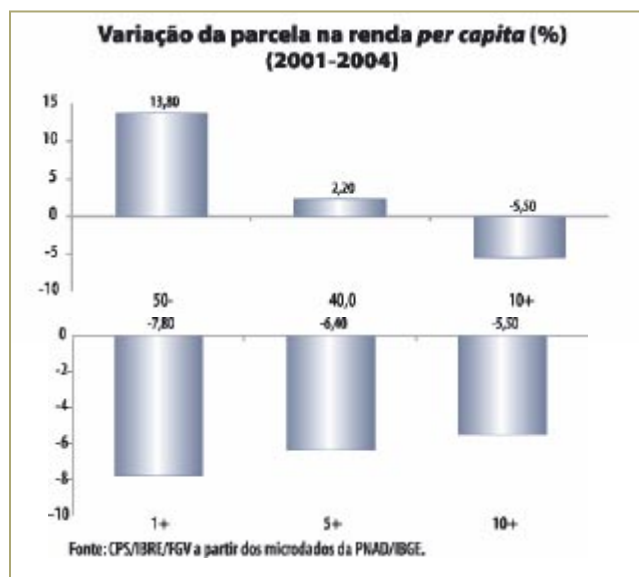
Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

em renda domiciliar *per capita*, por apresentar um grau mais abrangente de desempenho social. A idéia é agregar à análise de elementos isolados relativos ao desemprego, informalidade e renda do trabalho, ao efeito de transferências realizadas pelo Estado a título de pensões, aposentadorias e programas sociais advindos da transferência de recursos privados entre pessoas físicas ou jurídicas, ou ainda entre a mesma pessoa ao longo do tempo. Em particular, acreditamos que a análise do rendimento de trabalho de pessoas ocupadas com renda que ficou constante entre 2003 e 2004 em R\$ 733, deixa de fora o ganho proporcionado pelo aumento de 2,7 milhões de postos de trabalho. Sem dúvida, a passagem de uma situação de renda zero representa ganho de poder de compra que deve de alguma forma ser incorporada à análise.

Mesmo quando ampliamos o conceito para renda domiciliar total de todas as fontes de ganho apenas dos domicílios com rendimento, incorremos num tipo de exclusão que preferimos evitar aqui. Quando trabalhamos com todos os domicílios, inclusive os sem rendimento, incorporamos os mais pobres dos pobres, aqueles alijados da chamada economia monetária corrente. Como a parcela de domicílios caiu de 1,5% para 1,1% entre as duas últimas PNADs, esta queda de 27% da proporção sem rendimento, reforça o efeito “aumento do bolo” e redutor de desigualdade. No caso do índice de Gini, quando incorporamos o efeito das rendas zero, a queda de desigualdade de renda domiciliar total é amplificada de 1,8% para 2,1% — ou seja, 16% maior.²

Trabalhamos aqui com distribuição de renda no sentido estatístico, incluindo tanto mudanças na desigualdade como no crescimento da renda domiciliar *per capita*. A análise dos determinantes agregados da pobreza expressos nesses termos, revela que 1/3 do movimento de queda da miséria de 8% se deveu ao efeito crescimento —líquido do crescimento populacional — de 2,85%, e os 2/3 restantes da queda resulta da diminuição da desigualdade de renda aqui representada pela redução do índice de Gini de 0,585 para 0,573. Esta dominância do aspecto redistributivo é evento raro no histórico das séries sociais brasileiras. A redução da desigualdade de renda domiciliar *per capita* ocorrida é aproximadamente equivalente àquela acumulada no período de 2001 a 2003 quando passou de 0,596 para 0,585. Ou seja, no último ano o ritmo de desconcentração de renda foi duplicado em relação ao biênio anterior que já era atípico frente ao histórico das séries nacionais. No artigo publicado na *Conjuntura Econômica* de novembro do ano passado projetamos uma redução de pobreza de 8,61% com base num Gini de 0,574 e um crescimento *per capita* de 3% contra 2,85% da PNAD, que se revelaram próximos aos resultados agora observados.³

A internacionalmente famosa desigualdade inercial brasileira, que ficou mais ou menos estagnada na década



passada, passa a dar sinais de queda consistente desde o começo do milênio. A parcela dos 10% mais pobres sobe de 12,4% para 14,1%. Já a fatia dos 50% mais ricos cai de 47,3% para 44,7%. Na última década do milênio descartamos o fim da inflação inercial e universalizamos o ensino fundamental. Será a década atual a da redistribuição de renda?

Vejamos a variação de renda real em vários trechos da distribuição, com os gráficos apontando variações no topo. Observando o último ano, o gráfico demonstra que a parcela dos 10% mais ricos na renda cai 1 ponto de porcentagem de 45,7%, em 2003, para 44,7%, em 2004. A parcela dos 50% com menores renda sobe 0,6 ponto de porcentagem, passando de 13,5% para 14,1%. A diferença de 0,4% é explicada pelo aumento da parcela apropriada pelos 40% intermediários: de 40,8% para 41,2%. Ou seja, a classe média no sentido estatístico — aufere renda

média (os 40% que percebem cerca de 40% da renda) —, obteve também algum aumento de renda.

Robustez — Além da linha adotada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas optamos também por apresentar o monitoramento da chamada linha adotada na primeira Meta do Milênio de redução da extrema pobreza à metade entre 1990 e 2015. O valor desta linha é de US\$ 1 por dia ajustado por diferenças de custo de vida entre países e no interior do Brasil, o que daria 12,41% de miseráveis em 1993, contra 36,57% da linha do CPS, no mesmo ano. Seguindo a linha de US\$ 1 a pobreza cairá a menos da metade entre 1993 e 2005, se a miséria cair 8% entre 2004 e 2005. Apesar de alguma desaceleração do crescimento do PIB e na geração de trabalho, a continuidade da expansão do Bolsa Família que cresce este ano 2,2 milhões, atingindo 8,7 milhões de famílias no final de 2005 (11,6 milhões no final de 2006) e, em particular, o ganho real de 9% do salário mínimo já ocorrido em 2005 levarão a uma redução de miséria superior àquela observada em 2004. De acordo com as metas a meia vida da pobreza deveria ser de 25 anos mas no nosso caso será em menos de 12 anos, ou entre 15 e 16 anos, contados a partir da marco zero das metas em 1990.

Cabe frisar a robustez dos resultados encontrados, tanto nas mudanças da miséria como da desigualdade. Quanto ao último aspecto, fizemos a comparação da parcela da renda acumulada por cada centésimo de distribuição, ilustrando o resultado geral: a distribuição de renda *per capita* de 2004 é mais igualitária que a de 2003. Em outras palavras, a queda de desigualdade é válida para todos os indicadores de desigualdade razoáveis utilizados. Este resultado é conhecido como dominância de Lorenz, sólido para todas as medidas que respeitam o princípio das transferências de

Pigou-Dalton que nos diz que ao se transferir mais renda de uma pessoa com mais renda para uma pessoa com menos renda, sem inverter a posição relativa destes dois indivíduos no ranking, a medida de desigualdade deve cair. Resultados qualitativamente similares são obtidos para a comparação de desigualdade de renda entre 2003 e 2001.

Apesar de estarmos usando uma linha específica de miséria e enfatizando as mudanças de um indicador específico à proporção dos pobres (P0), pois precisamos de um número de preferência simples para vocalizar os resultados, a redução de miséria ocorrida é resultado robusto para 2004, para qualquer linha de pobreza e qualquer tipo de indicador de pobreza utilizado. E também observamos que a distribuição de 2004 domina a de 2003, sendo ainda dominada pela de 2002. Podemos dizer de maneira geral, e não específica, que a pobreza aumentou em 2003, diminuiu em 2004 e no cômputo geral do biênio a miséria caiu no governo Lula.⁴

¹Expressos a preços da data da PNAD de 2004 da Grande São Paulo, ajustado por diferenças de custo de vida regionais e com base numa cesta de alimentos que garante o consumo diário de 2.288 calorias, nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

²Este cálculo é feito por intermédio do conceito do dual do indicador de desigualdade. Complementarmente, o cômputo de renda domiciliar *per capita* leva em conta o peso dado aos mais pobres que possuem famílias, em geral, maiores.

³No artigo publicado na *Conjuntura Econômica* de novembro do ano passado projetamos uma redução de pobreza de 8,61% com base num Gini de 0,574 (contra 0,573 observado *ex-post*) e um crescimento *per capita* de 3%, contra 2,85% da PNAD.

⁴Você está convidado a desenvolver perspectiva própria acerca do tema através do site www.fgv.br/cps.

Atualize seu endereço e receba a revista onde preferir.



CONJUNTURA
ECONÔMICA



conjunturaeconomica@fgv.br

Informação precisa para quem precisa de informação.